Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)

CÂMARA TÉCNICA DO PLANO DE BACIAS (CT-PB)

Ata da 61ª Reunião Ordinária – Centro de Conhecimento da Água (CCA) – Campinas - SP

29/04/2014 - 09h30min

MEMBROS PRESENTES E AUSENTES JUSTIFICADOS			
ENTIDADE	**POSIÇÃO**	**NOME**	**PARTICIPAÇÃO**
AESABESP	Titular	Ester Feche Guimarães	Presente
ASSEMAE	Titular	Adriana A. Rosa Vahteric Isenburg	Presente
ASSEMAE	Suplente	Paulo R. S. Tinel	Presente
CODEN	Titular	Jaqueline Carraro Socci	Presente
Consórcio PCJ	Suplente	Flávio Forti Stenico	Presente
DAE Jundiaí	Titular	Maria das Graças Martini	Presente
DAEE	Suplente	Leonildo Ednilson Urbano	Presente
FIESP	Titular	Roberto Mario Polga	Presente
IPSA	Titular	Harold Gordon Fowler	Presente
P.M. de Campinas	Titular	Sylvia Regina Domingues Teixeira	Justificou
Rotary Internacional - D4590	Titular	Luiz Antonio Carvalho e Silva Brasi	Presente
SAAE Atibaia	Titular	Guilherme Mota Baradel	Presente
SANASA	Titular	Paulo R. S. Tinel	Presente
SABESP	Suplente	Hélio Rubens G. Figueiredo	Presente
SORIDEMA	Titular	Harold Gordon Fowler	Presente
UNESP/IB	Suplente	Harold Gordon Fowler	Presente

CONVIDADOS	
ENTIDADE	**REPRESENTANTE**
Agência das Bacias PCJ	Eduardo Cuoco Léo
	Patrícia G. A. Barufaldi
	Ivanise Milanez
	Sergio Razera
SORIDEMA	Leandro A. M. Malve
Sindicato Rural de Rio Claro	João Primo Baraldi

1. Pauta e abertura: A convocação da reunião e a pauta foram enviadas junto com documentos complementares aos membros da Câmara por meio de mensagem eletrônica. A abertura da reunião foi realizada pela Sra. Adriana Isenburg (ASSEMAE), coordenadora da CT-PB que cumprimentou a todos e agradeceu a SANASA pela cessão do espaço. **2. Informes:** A Sra. Adriana Isenburg, observando a constante dificuldade na composição de quórum para início das reuniões, cobrou maior engajamento dos membros. Lembrou a todos, ainda, da proximidade do processo de recomposição das Câmaras Técnicas, que deverá ocorrer no próximo mês de junho. Mencionou que todos os membros deverão estar presentes na reunião de posse do novo mandato, pois caso não compareçam a entidade será automaticamente excluída da CT-PB. Na sequência, convidou o Sr. Sergio Razera, Diretor-presidente da Agência das Bacias PCJ, a expor informes. Fazendo uso da palavra o Sr. Sergio agradeceu a oportunidade e informou que fora aprovado no âmbito do Conselho de Recursos Hídricos paulista – CRH, a atualização dos valores para cobrança pelo uso dos recursos hídricos. Observando o período da aprovação no âmbito dos Comitês PCJ, lembrou que não haverá qualquer tipo de incidência retroativa para novos valores. Informou, ainda, ter participado de seminário internacional onde o tema discutido foi "crises hídricas". Ressaltou o relato de experiências de países como China e Austrália e notou que a grande diferença das boas experiências em relação ao Brasil está no compromisso em cumprimento dos planos. Pontuou o desafio das Bacias PCJ de viabilizar as ações em tempos de crise. Mencionou, ainda, na sequência, que a Agência das Bacias PCJ firmou Termo de Cooperação Técnica com a Secretaria da Agricultura. Agradeceu ao apoio recebido no âmbito dos Comitês PCJ, especialmente do Sr. Brasi, e assegurou o interesse em aproximação da

Agência das Bacias PCJ em projetos como o LUPA e MICROBACIAS. Lembrou, por fim, a ocorrência de assinaturas para repasses de recursos e seleção de representantes no Conselho de Recursos Hídricos paulista ao mesmo tempo em que se realizava a CT-PB. **3. Aprovação das Atas:** A Sra. Adriana Isenburg informou que as minutas das atas da 59ª e 60ª reuniões foram previamente enviadas por meio eletrônico. Consultados os membros presentes, optou-se por dispensar a leitura dos textos. Colocados em discussão, os textos das atas foram aprovados por unanimidade. **4. Revisão do Plano de Bacias:** A Sra. Adriana Isenburg chamou o Sr. Eduardo Léo, da Agência das Bacias PCJ, que expôs limitações encontradas e perspectivas para contratação da revisão do Plano de Bacias. Divulgou uma agenda com estimativa de um prazo mínimo de 61 dias para efetivação dos trâmites relativos a definição de critérios e exigências técnicas da empresa, pesquisa de mercado para os custos, produção e publicação do edital, prazos para recursos e contrarrazões (nas fases de habilitação, de proposta técnica e de proposta comercial), homologação, adjudicação, contratação. O Sr. Eduardo esclareceu as dúvidas e lembrou que os prazos foram estimados, visto que a Agência não tem total controle sobre todas as etapas relatadas. Asseverou, ainda, que pode haver uma mudança nas normas editadas pela ANA que regulam os procedimentos de licitação adotados pela Agência das Bacias PCJ. Afirmou que as indicações são de que, caso surja uma nova norma, provavelmente terá de se retornar ao início dos procedimentos. **5. Curso SSD PCJ 2:** O Sr. Eduardo aproveitou da palavra para expor diretrizes para realização de curso sobre o SSD PCJ 2. Expôs como objetivo a preparação de representantes dos Comitês PCJ e de entidades interessadas na gestão dos recursos hídricos das Bacias PCJ em processos envolvendo acesso, conhecimento e exploração dos recursos disponíveis do SSD PCJ 2. Reforçou que se visa, em primeira instância, o acompanhamento das atividades de revisão do Plano das Bacias. Lembrando que o tema fora discutido no âmbito do GT-Acompanhamento, observou a intenção de composição de um curso inicial, sem previsão de entrar além do que necessário em meandros de temas como modelagem, que exigiriam um empenho muito maior. Propôs uma programação com abordagem tutorial e com a dedicação de um período, com realização de atividades práticas. Expôs, ainda, um conjunto de instituições discutido no âmbito do GT-Acompanhamento para realização do curso. Também expôs os encaminhamentos esperados, destacando-se o objetivo de recolher impressões para organização dos cursos posteriores e subsidiar a produção de material didático. Ressalvou a realização de duas abordagens, sendo uma voltada aos Coordenadores de Câmaras Técnicas e relatou limitações para que se encontre local adequado para o curso, que demandará de computadores e acesso à internet. O Sr. Roberto Polga (FIESP) questionou quando haverá cursos mais objetivos. O Sr. Eduardo esclareceu que as primeiras edições servirão como piloto para instrução das próximas fases. Ressaltou que, no momento, há maior preocupação para que a agenda do curso esteja em sintonia com a revisão do Plano de Bacias. As diretrizes propostas para condução do curso foram aprovadas pelos membros presentes. **6. Plano de Aplicação Plurianual – PAP-PCJ:** O Sr. Sergio Razera realizou exposição com avaliação da execução do Plano de Aplicação Plurianual (PAP) das Bacias PCJ para o período de 2013 a 2016. Lembrou que o PAP havia sido formatado segundo recomendações da ANA e demonstrou uma avaliação de status das ações onde 40% das ações constam como “não iniciadas”; 7,2% das ações foram interrompidas; 9% das ações encontram-se em execução e possuem baixo grau de dificuldade; 30% das ações encontram-se em execução e possuem médio grau de dificuldade; 8,4% das ações encontram-se em execução e possuem alto grau de dificuldade, assim como apenas 4,8% das ações estão concluídas. O Sr. Sergio concluiu a necessidade de se promover um remanejamento de valores no PAP em função da obrigatoriedade da Agência apresentar para a CT-PB atualização dos valores para que ela se manifeste até o dia 31 de março de cada ano. O Sr. Sergio mencionou que em muitas ações estão sendo zerados os valores pois, de alguma forma, esta ação já será suportada em outra ou neste momento não há discussão que permita tal contratação. O Sr. Roberto Polga ressaltou uma

situação de contingenciamento de gastos, o que deverá se agravar diante da previsão de atualização nos valores da cobrança. O Sr. Sergio e a Sra. Patricia, da Agência das Bacias PCJ, ressaltaram que a proposta colocada em tela visa reverter justamente este cenário. Na sequência, o Sr. Sergio iniciou a demonstração de planilha identificando sugestões de adequações para o PAP. O Sr. Roberto Polga ressaltou a necessidade de indicações para a temática industrial diante da crise hídrica. Questionou a disponibilidade de recursos para ações como a perfuração de poços para o setor industrial. O Sr. Sergio ressaltou não haver, neste momento, possibilidade para a criação de novos conjuntos de ações no PAP, pois há previsão somente para remanejamento dos recursos nas linhas existentes. Ressaltou a importância de que pleitos desta natureza fossem discutidos e encaminhados via CT-Indústria. O Sr. Riberto Polga ressaltou a necessidade de saídas práticas. Afirmou que levará o pleito à CT-Indústria. O Sr. João Baraldi afirmou, na mesma linha, haver necessidades semelhantes para o setor agrícola. O Sr. Hélio (SABESP) questionou a discussão de composição de um fundo com recursos retornáveis do FEHIDRO e o Sr. Paulo Tinel (ASSEMAE/SANASA) lembrou que o tema, que demanda regulamentação estadual, estava sendo discutido no CRH paulista. O Sr. Sergio expôs as propostas de adequações no texto de ações do PAP e relocações de recursos. Tratou de expectativas de maior apoio para emissão de outorgas no meio rural, apoio à gestão municipal e a condução de Plano de Mídia para as bacias PCJ. O Sr. Brasi (Rotary) ressaltou a importância de envolver a conservação de solo e a poluição difusa, sendo que o Sr. Sergio lembrou que o tema é importante e deve ser conduzido em consonância com a estratégia adotada para os programas envolvendo Pagamento por Serviços Ambientais - PSA. Destacou a necessidade de elaboração de Projetos Individuais de Propriedade (PIPs). O Sr. Brasi questionou os recursos para reuso da água, que tinha uma linha de investimento inicialmente identificada. O Sr. Paulo esclareceu que acompanhou a questão e que havia uma linha de trabalho para esta ação, sendo feita uma pesquisa com projetos já realizados com tecnologias mais viáveis e identificada a necessidade de atualizar o valor de R$ 500.000,00 para R$ 780.000,00. O Sr. Paulo ofereceu, ainda, a SANASA para demonstração de experiências sobre o assunto. O Sr. Brasi questiona a priorização de recursos para meio "urbano" e a Sra. Adriana explicou que o termo procurou identificar os usos com maior carência de planejamento e de maior impacto sobre os recursos hídricos. O Sr. Polga questionou se os valores propostos para contratação de gerenciadora de projetos destinar-se-ão à gerenciadora atualmente contratada pela Agência. O Sr. Sergio esclareceu que a atual contratada terá seu contrato encerrado no primeiro semestre, sendo que a previsão é para substituição da atual por meio da contratação de até 3 novas empresas, em linhas mais especializadas. O Sr. Paulo observou a importância da questão dos represamentos e sistemas adutores esperados para incremento na infraestrutura hídrica das Bacias PCJ. Afirmou que havia um risco de não existir mais disposição de recursos financeiros inicialmente previstos para esta finalidade. Conclamou a organização de movimentos para verificar e cobrar esta questão. A Sra. Adriana sugeriu que fossem mantidas, de qualquer maneira, provisões para estudos sobre o Sistema Adutor. O Sr. Hélio informou que, até onde sabe, há recursos assegurados somente para os projetos executivos. Disse que a execução da obra, no entanto, ainda deve ser discutida. Na sequência o Sr. Sergio destacou a inclusão de estudos para revitalização de algumas pequenas bacias, envolvendo diversos municípios (como a microbacia do córrego Borda da Mata) e de Estudo de Alternativas para abastecimento público na bacia do rio Corumbataí. A Sra. Adriana sugere inclusão de ações desta natureza no item "parcerias". O Sr. Hélio (SABESP) e a Sra. Ester (AESABESP) sugerem que o tópico "parcerias" utilize uma terminologia mais abrangente, englobando setores usuários, universidades, municípios. Sugerem também que se amplie o escopo para recuperação e proteção dos mananciais. O Sr. Sergio observa, por fim, que balanços na arrecadação permitiram também a inclusão de aproximadamente mais R$ 230.000,00 nos programas do PAP. As adequações sugeridas foram consolidadas em planilha eletrônica. O Sr. Paulo Tinel questiona se existe previsão de redução de recursos

financeiros e o Sr. Sergio esclarece que se trata apenas de relocação de recursos, sem reduções. O Sr. Paulo questiona o montante a ser relocado e o Sr. Sergio afirma que, diante das sugestões da CTPB, uma conta mais atualizada deve ser feita, mas que os remanejamentos atingirão aproximadamente R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais). Esclarece que os montantes exatos serão apresentados posteriormente, na CTPL. Por fim, informa que o saldo que for apurado com o remanejamento proposto será alocado no grupo XIV – Uso Racional de recursos hídricos, ação 3 – Ações a serem financiadas como demanda espontânea. Encerradas as discussões, a Sra. Adriana questiona se, mediante as sugestões consolidadas no âmbito da CTPB, o tema pode ser aprovado. Colocado em votação, o assunto foi aprovado por todos os membros para encaminhamento do tema à CTPL. **4. Encerramento:** A Sra. Adriana Isenburg questionou aos presentes se haveria alguma pauta a mais. Nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos e foi dada como encerrada a reunião.

ADRIANA A. R. V. ISENBURG
Coordenadora da CT-PB

HAROLD G. FOWLER
Vice-Coordenadora da CT-PB

MONA LISIE PAVAN RIBEIRO
Secretária da CT-PB